

3ª CÂMARA CRIMINAL GABINETE DO DES. GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR
APELAÇÃO CRIMINAL nº 0850163-60.2021.8.10.0001 Apelante: RENAN SOUSA
CANTANHEDE Defensor Público: LEANDRO PIRES DE ARAÚJO Apelado: MINISTÉRIO
PÚBLICO ESTADUAL Relator: Desembargador GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS
JÚNIOR Revisora: Desembargadora SÔNIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO
APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. DESCLASSIFICAÇÃO. ART. 28, DA
LEI 11.343/06. INVIABILIDADE. TRÁFICO PRIVILEGIADO. INCIDÊNCIA. PATAMAR
MÁXIMO. IMPOSIÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. I. Afasta-se o pleito de
desclassificação para o delito de posse de entorpecente para uso próprio
(art. 28, da Lei de drogas), quando evidenciado que as circunstâncias de
apreensão e forma de acondicionamento dos entorpecentes, aliada a prova
dos autos, denotam a prática do delito previsto no art. 33, da Lei nº
11.343/06. II. Preenchidos os requisitos previstos no § 4º, do art. 33, da
Lei de drogas, a saber, a primariedade, a existência de bons antecedentes,
a não dedicação às atividades criminosas e a não integração à organização
criminosa, a incidência da causa de diminuição do tráfico privilegiado é
medida de rigor. III. Pois, na linha do que já decidiu a Corte Suprema, a
causa de diminuição pelo tráfico privilegiado “não pode ter sua aplicação
afastada com fundamento em investigações preliminares ou processos
criminais em andamento, mesmo que estejam em fase recursal, sob pena de
violação do art. 5º, LIV, da Constituição Federal” (RE nº 1.283.996 AgR,
Rel. Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 11/11/2020).
IV. Apelação criminal conhecida e parcialmente provida. São Luís/MA, data
do sistema. GERVÁSIO Protásio dos SANTOS Júnior Desembargador Relator
(ApCrim 0850163-60.2021.8.10.0001, Rel. Desembargador (a) GERVÁSIO
PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR, 3ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 07/03/2023)